

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1387388 - SP (2018/0280853-1)

RELATORA : MIN. MARIA ISABEL GALLOTTI

AGRAVANTE : BRUNA FORTUNA DE OLIVEIRA NEVES
ADVOGADO : ESDRAS ARAÚJO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP231374
AGRAVADO : CAO A MOTOR DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : DIEGO SABATELLO COZZE - SP252802
: MARCELO DE OLIVEIRA ELIAS - SP188868B
: DANIEL DA SILVA DIAS E OUTRO(S) - SP353993
INTERES. : AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
S.A
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 168):

Em face do vício na manifestação da vontade da consumidora, em decorrência da conduta da fornecedora, ao descumprir a obrigação de informar de modo claro, mantém-se declaração de inexistência da compra e venda do veículo novo.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões de recurso especial, a parte agravante alega violação dos arts. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que "a verba honorária já fixada pelo juízo "a quo" é pequena, todavia, quando interposto o recurso de apelação pela ré, deveria S.M.J. o Tribunal ter majorado nos termos acima", acrescentando que "O valor fixado para a verba honorária não remunera condignamente a atividade do profissional, que desenvolveu trabalho técnico de defesa dos direitos de seu cliente" (e-STJ, fl. 193).

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

No julgamento da apelação, o Tribunal de origem decidiu, quanto à majoração dos honorários, que "a simplicidade do 'trabalho adicional' na resposta ao apelo não justifica honorários recursais" (e-STJ, fl. 185).

Tal posicionamento, contudo, está em manifesta contrariedade com o entendimento firmado pela Segunda Seção desta Corte Superior, que estabeleceu os seguintes critérios para a majoração dos honorários de sucumbência, na vigência da norma prevista no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO EMBARGADO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. PRESCRIÇÃO. REPARAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS. ILÍCITO EXTRA CONTRATUAL. ACÓRDÃO EMBARGADO CONFORME A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

[...]

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso.

[...]

9. Da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo.

10. É dispensada a configuração do trabalho adicional do advogado para a majoração dos honorários na instância recursal, que será considerado, no entanto, para quantificação de tal verba.

11. Agravo interno a que se nega provimento. Honorários recursais arbitrados ex officio, sanada omissão na decisão ora agravada.

(AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 19/10/2017.)

Nos termos do precedente supramencionado, a ausência de trabalho

adicional, ou sua simplicidade, não afasta a obrigatoriedade de majoração dos honorários advocatícios na instância do recurso, pois tais circunstâncias devem ser consideradas apenas para a quantificação da verba honorária.

Na sentença, os honorários de sucumbência foram estabelecidos em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Assim, considerando o trabalho adicional do advogado da recorrente, que apresentou contrarrazões ao recurso de apelação, bem como os critérios previstos no art. 85, §§ 2º, 8º e 11, do CPC/2015, majoro a verba honorária em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Ressalto, a propósito, que tanto a sentença quanto o acórdão da apelação foram proferidos na vigência do Código de Processo Civil de 2015.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para fixar os honorários de sucumbência em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em favor do patrono da recorrente.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de dezembro de 2018.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora